

---

**SAÚDE E TRABALHO NAS ESCOLAS: EXPERIMENTANDO A CONSTRUÇÃO DE OUTROS MODOS DE FAZER PSICOLOGIA****HEALTH AND WORK IN SCHOOLS: EXPERIENCING THE CONSTRUCTIONS OF OTHER MANNERS OF MAKING PSYCHOLOGY**

---

Maria Elizabeth Barros\*

Sonia Pinto de Oliveira\*\*

A perspectiva que norteia esse texto pauta-se no conceito de modo de produção em Marx, que busca dar conta da complexidade das formações sociais como “tendência” (ALTHUSSER; BALIBAR; ESTABLET, 1980). Ou seja, como processo de produção das diversas situações concretas, como constituição das formações sociais, de suas produções materiais e dos modos de cooperação que produzem/inventam modos humanos de existência. O modo de produção capitalista, por exemplo, se pauta na busca da homogeneização, na “produção de repetição” e de modos de vida que não colocam em questão as formas de funcionamento social instituídas, desnaturalizando-as.

O modo de fazer educação se efetivava, inicialmente, de forma difusa no meio social – todos participavam – e era exercido nos diferentes espaços, como a família, o clã etc. Só mais tarde, com o modo de produção capitalista, a educação se especializou sob a égide da escola. Não existia qualquer instituição educativa específica: os membros da comunidade transmitiam diversamente o que era possível. A educação surgia em múltiplas situações de aprendizagem. Numa sociedade onde existem interesses desiguais e antagônicos, o processo educativo torna-se dividido e imposto, mas, mesmo nesse contexto de luta de classes, presença do Estado e fracionamento/desqualificação do trabalho, a educação continua no âmago da vida social.

Estamos afirmando a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político e, portanto, a importância de analisarmos alguns modos de regulação da educação por parte dos poderes públicos, as formas de administração das escolas e a maneira como os trabalhadores têm gerido a variabilidade do seu fazer cotidiano (1). Tais análises, ao historicizar estas dimensões no campo da educação, abrem para a possibilidade de se instituir uma forma diferente de se trabalhar na escola. Elas podem ajudar na criação de estratégias de organização do trabalho que valorizem a variabilidade do ato produtivo e seu processo inventivo.

Atualmente, as políticas públicas no âmbito da educação – marcadas pelo sucateamento das escolas públicas, por uma democracia formal e uma pseudo-autonomia político-pedagógica – têm produzido, entre outros aspectos, a desvalorização dos educadores. A insegurança nas relações de trabalho – que tem na figura dos educadores com designação temporária (os DTs) um bom exemplo – dá mostras da quebra de contrato social que se fundamentava, em relação ao trabalhador, em um conjunto de garantias e direitos que está sendo sepultado.

Esse quadro tem sido acompanhado por danos à saúde, que se tem traduzido, com frequência, em maior sofrimento, o que, algumas vezes, significa fragilização da saúde e, em outras, possibilidade de transformá-lo em criação. As práticas pedagógicas têm sido pautadas numa desarticulação entre os diferentes níveis de trabalho educativo e o esvaziamento dos momentos de planejamento e de debates coletivos. Os educadores da rede pública com quem temos trabalhado sentem-se limitados quanto à possibilidade de intervir de maneira mais efetiva nas situações vividas na escola, de forma a dar conta da variabilidade do seu trabalho.

Entretanto, os humanos estão em permanente atividade, procuram enfrentar o sofrimento e estão constantemente em combate. A produção de saberes no trabalho está marcada por um constante debate de valores, construídos ao longo da história pelo coletivo de trabalhadores. A história atravessa o trabalho, pois, fazer história é recombinar saberes, conforme afirmou Schwartz, na Conferência de Abertura do Seminário “Trabalho e saber”, em Belo Horizonte (2003). Nessa perspectiva, saúde é conquista diária, luta contra as adversidades cotidianas e compromisso que se assume com a realidade, sendo fundamental o papel de cada um e dos grupos que a experimentam.

Dentre as diferentes propostas para reverter o quadro de fragilização da saúde dos docentes, os resultados de nossas pesquisas nos levam a considerar que fortalecer as investigações no âmbito dos processos de formação<sup>(2)</sup> é uma estratégia fundamental. A pesquisa integrada desenvolvida na UFES em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UERJ é fruto das reflexões efetivadas a partir do que temos produzido no campo das articulações entre os processos de trabalho em educação e a saúde dos profissionais. O objetivo é implementar um programa de formação dos educadores que viabilize uma análise permanente do trabalho que desenvolvem, na perspectiva de modificá-lo sempre que necessário. Temos a preocupação não só em mostrar como o trabalho que se organiza nas escolas contribui para a produção de sofrimento e adoecimento naqueles que lá trabalham, mas também identificar como esses trabalhadores constroem estratégias para se defenderem dessa nocividade. É preciso apresentar as maneiras que eles vêm construindo para lidar com a dor e o prazer de ser educador, pois, ao dar visibilidade ao que têm vivido, abre-se a possibilidade de produção de uma nova realidade para os processos de trabalho nas escolas.

Desde 1998, em consonância com a demanda formulada pelos docentes da rede municipal de ensino de Vitória/ES, colocamos em foco, num primeiro momento, a situação desses educadores em suas articulações com as diferentes administrações implementadas no município. Partimos do princípio de que as formas como o trabalho se organiza na escola interferem na produção de saúde/doença dos docentes.

Hoje, considerando o que já avançamos nas pesquisas anteriores, temos como proposta a implementação de um Programa de Formação em Saúde e Trabalho nas escolas. O objetivo é criar uma metodologia de intervenção nas condições de trabalho e saúde, contribuindo, assim, para a formação de educadores capazes de analisar o trabalho real que desenvolvem.

## **A PESQUISA**

No curso das pesquisas que temos realizado, partimos da atividade docente, ou seja, de onde cada um se reconhece e reconhece os outros como produtores de saber. Quando problematizamos a atividade, revela-se o “trabalhar de outras maneiras”, o que difere de uma banalização na execução das tarefas. Descobre-se a complexidade do que se acreditava ser “simples”. Aí está o campo do “debate de normas”, segundo Schwartz (comunicação verbal) isto é, uma reavaliação das tarefas em função de experiências concretas, o que implica uma imersão no mundo dos valores em debate:

*[...] os valores, as escolhas de ser dos indivíduos, dos coletivos, dos grupos humanos, exploram segundo esta ou aquela dimensão, neste ou naquele grau, os recursos técnicos, científicos e sociais existentes, os reorganiza desta ou daquela maneira para produzir novas combinações: essas combinações novas ‘fazem história’, abrem novos horizontes, colocam novas tarefas ao conhecimento conceitual, que depois deve tentar compreender, desdobrar essas renormalizações operativas.* (SCHWARTZ, comunicação verbal)

Dentro dessa ótica, temos ficado atentas à dupla variabilidade sempre presente no trabalho na escola – variabilidade do contexto e das pessoas (inclusive de si mesmo) – e, portanto, para o caráter inédito e singular da atividade e da situação de trabalho. Assim, esse conceito ampliado de atividade com o qual temos trabalhado aponta uma concepção de trabalho que é mais do que a realização da tarefa. O conceito de atividade permite incorporar a “reconcepção” pela qual o educador não só realiza sua tarefa, como também faz a gestão da variabilidade e constrói sua saúde.

A atividade, portanto, não se reduz ao prescrito, ao realizado, envolve, ainda, o que se quer/quis, o possível e o impossível. Consideram-se também as atividades suspensas, contrariadas, impedidas, enfim, as contra-atividades – ou seja, implica reconcepção e redefinição da tarefa pelo sujeito. Para qualquer trabalhador, a tarefa redefinida é sempre um compromisso entre racionalidades múltiplas, de três ordens principais: os objetivos da tarefa, seus próprios alvos subjetivos e o coletivo de trabalho.

Conforme o Prof. Milton Athayde, em aula expositiva no Núcleo de Estudo e Pesquisa em Subjetividade e Política, o trabalho real dos educadores não apenas é uma resposta às prescrições, mas também um diálogo com as atividades de concepção/reconcepção, com vistas aos alunos (neste sentido, atividade “endereçada” e “instrumentada”). A atividade de preparação de aula se dá fora da classe e na presença dos alunos (remetendo para diferentes tempos: planificação, orientação, antecipação das tarefas). Por outro lado, são, também, trabalhos “prescritores” – prescrevem tarefas para os alunos e, em seu cotidiano, colocam à prova as prescrições. O que se prescreve para o educador é, exatamente, prescrever a outros – os alunos – a realização de uma tarefa. Segundo Milton Athayde:

*o trabalho com os alunos é o lugar nevrálgico onde se joga a perda ou o restabelecimento de seu **poder de agir**, provocando sofrimento ou prazer. Pode-se falar em organizar a “turma” como um meio de trabalho que mobiliza um coletivo de alunos (gerir um curso é regular a atividade de trabalho dos alunos, por um lado em direção de uma atividade e da atividade dos outros, sobre a mesma tarefa). Em suma, pode-se dizer que o trabalho dos alunos é um organizador da ação destes trabalhadores* (informação verbal)

É importante destacar, ainda, que da mesma forma como se prescreve o trabalho do educador e ele escapa à prescrição, o aluno também foge ao que lhe é prescrito. Mas, ao escapar do que lhe é imposto, é remetido ao lugar da falta, aos problemas de aprendizagem. O que falta ao aluno para que aprenda? Como fazê-lo obedecer às prescrições do professor? O processo de ensino-aprendizagem não deveria ser pautado na afirmação do aspecto criador da “falta à prescrição”? Como administrar esse paradoxo?

A Análise Coletiva do Trabalho (ACT), muito utilizada nas análises ergonômicas de linhagem francesa, tem sido nossa estratégia básica para checar essas questões. A ACT consiste em criar grupos de educadores que explicam sua atividade e o que fazem no trabalho. A descrição das atividades funciona como um fio condutor da análise, uma vez que, ao falar, os profissionais apresentam os diferentes aspectos do trabalho, tanto na dimensão do que o potencializa quanto na do que o enfraquece e os faz sofrer.

Nossa meta? Construir uma Comunidade Ampliada de Pesquisa (3), que teria como objetivo a transformação da situação vivida pelos trabalhadores nas escolas de Vitória/ES. Foi perseguindo a abertura de espaços de análise das situações de trabalho que criamos as seguintes estratégias que constituíram o programa de formação: a) fórum de discussões sobre a problemática saúde/trabalho, que se efetivou em diversos congressos da categoria promovidos pelo Sindicato de Trabalhadores da Educação do Espírito Santo; b) análise das situações de trabalho, que se efetivou através de entrevistas, conversas e vivência institucional em duas escolas da rede municipal de ensino; c) oficinas mensais de produção de conhecimento, tendo como produto um caderno de textos escritos coletivamente, no qual são apresentados temas relevantes para o processo de formação, como o conceito de saúde, trabalho e comunidade ampliada de pesquisa; d) desenvolvimento teórico-metodológico sobre a temática, que implicou na atualização permanente do grupo quanto à produção teórica dos temas da pesquisa; e e) divulgação do trabalho em congressos sobre a temática da pesquisa.

No nosso entendimento, a formação dos trabalhadores para a investigação/intervenção na escola conduz não só a uma melhor compreensão do espaço de trabalho e suas articulações sempre complexas com a produção de saúde/doença, mas, principalmente, à invenção de novos modos-educadores/educação. Colocar em análise a formação dos trabalhadores da educação não se limita, a nosso ver, a discutir as formas instituídas que estabelecem competências e incompetências, lugar de saber e não-saber, segregando, desqualificando e culpabilizando. O objetivo é entrar em sintonia com um plano de análise onde se dá a produção concreta do sujeito e dos objetos, via privilegiada para a continuação de outros estratos de vida.

Consideramos que o processo de pesquisa deu a oportunidade à interrogação das situações vividas na escola onde a pesquisa-intervenção foi realizada, abrindo para a construção de novas formas de organização. Foram instituídas reuniões bimensais para se avaliar o trabalho desenvolvido; quinzenalmente, horários coletivos de planejamento das atividades; e, principalmente, a abertura de um debate sobre o que “adoece” na escola. As discussões abriram as mentes para uma visão de saúde que coloca em análise as situações de trabalho e os trabalhadores como capazes de intervir nessas situações adoecedoras. Os professores elaboraram um questionário que, depois de validado pelo grupo de pesquisadores, passou a ser um valioso instrumento para a avaliação de suas condições de trabalho.

Interrogou-se, ainda, uma divisão do trabalho que tem atribuído à equipe técnica a responsabilidade de planejar e dirigir as práticas pedagógicas. Instituiu-se, assim uma discussão que responsabiliza todos os trabalhadores nesse processo. Todos foram colocados na “Roda” (4).

Conforme depoimento dos educadores, não cabe mais atribuir à Secretaria Municipal de Educação (SEME) ou à equipe técnica a responsabilidade do que vem ocorrendo na escola. Construiu-se um espaço, mesmo que ínfimo, de autonomia. Os professores se sentem mais potentes para interferir no trabalho que desenvolvem, para fazer história. Por outro lado, afirmam que não é possível mudar o trabalho sozinhos. Saem de uma passividade adoecedora para um momento em que consideram que cada um pode fazer alguma coisa para mudar, e chegam ao final da pesquisa afirmando que sozinhos “não vão dar conta”.

Destacamos, ainda, o fato de relatarmos que é preciso estar mais atentos ao que se fala na escola, do que se fala e como se fala. Conforme depoimento de uma educadora: “Ao ouvir o que estão dizendo... isso pode ajudar. Anotar, fazer diário de campo onde podemos acompanhar o que está ocorrendo pode ser um instrumento muito bom”. Uma preocupação ou uma atenção diferenciada com os colegas que parecem “mortos vivos” passa a ter destaque. Perceber que não estão bem, olhar nos olhos e fazer alguma coisa por eles são aspectos fundamentais para a construção de ambientes de trabalho que produzam saúde. A importância de estarem atentos aos sinais da escola – aos barulhos

que não só ensurdecem, mas que podem produzir outros sentidos para o trabalho que desenvolvem – pode ser uma pista interessante a ser seguida quando se tem como proposta a construção de ambientes de trabalho saudáveis.

Quanto ao fato de se constituir uma Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) na escola, os educadores começam a vislumbrar que fazer pesquisa não é coisa apenas de especialista. Eles próprios podem criar instrumentos de investigação e olhar de uma outra forma o que estava banalizado, o que não mais inquietava. Com esses objetivos, criou-se um grupo de trabalho que passa a ter a função de fazer levantamentos periódicos das condições de trabalho na escola, ouvindo todos os setores da mesma. Cabe destacar, ainda, que hoje, em função dos resultados obtidos, vislumbra-se a possibilidade de expansão desse processo para o restante da rede de ensino de Vitória/ES.

A pesquisa relatada sinaliza para a urgência de se criar materiais metodológicos que nos auxiliem na construção de formas de trabalho no campo da Psicologia afinadas com a perspectiva ético-política que apontamos. O desafio está lançado.

## NOTAS

1 Cotidiano, aqui, refere-se ao conjunto de atividades que os humanos desenvolvem, criando todos os dias novas formas de ser/fazer.

2 O conceito de formação aqui expressa refere-se a um processo que visa desmanchar os territórios de saber-poder construídos na prática educativa sobre a crença de um saber “competente”, desistoricizado. Ou seja, estamos afirmando um processo que visa “estilhaçar as fôrmas de ação” (HECKERT, 1993, p. 56) e os lugares assépticos dos especialismos, que têm produzido saberes-propriedade apoiados em estratégias homogeneizadoras que excluem a diferença e o múltiplo.

3 Estratégia originalmente criada por Oddone (1985) e sua equipe na Itália, durante a construção do modelo operário italiano de luta pela saúde nos ambientes de trabalho.

4 A idéia de colocar “na roda” vem da proposta de Campos (2003, p. 30), que criou um método o qual denominou de Roda, que visa lidar com os impasses dos processos de gestão no trabalho, propondo a co-gestão das situações de trabalho nas organizações. “A roda é um espaço coletivo: um arranjo onde existia oportunidade de discussão e de tomada de decisão. A Roda é um lugar onde circulam afetos e vínculos são estabelecidos e rompidos durante todo o tempo.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABLET, R. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. **Ler o Capital**, vol. II, Rio de Janeiro, 153-267, 1980. CAMPOS, G. W. de S. **Saúde Paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

HECKERT, A. L. C. **Educação e trabalho**: produzindo outros territórios de criação. Relatório de pesquisa realizada no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.

ODONNE, I. **Ambiente de Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1985.

Recebido em: 24/09/2003

Aceito para publicação em: 01/03/2004

Endereço: betebarros@uol.com.br, soniardo@escelsa.com.br.

\* Professora doutora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

\*\* Professora mestra do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).